



UNIVERSIDADE FEDERAL MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

WELLINGTON SALES DE SOUSA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MST NA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES
LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA, AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO**

Imperatriz
2018

WELLINGTON SALES DE SOUSA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MST NA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES
LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA, AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do grau de licenciado em Ciências Humanas / Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira

Imperatriz
2018

Sales de Sousa, Wellington.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MST NA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA, AÇAILÂNDIA, MARANHÃO / Wellington Sales de Sousa. - 2018. 53 p.

Orientador(a): Alexandre Peixoto Faria Nogueira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, campus centro., 2018.

1. Educação do campo. 2. Propostas pedagógicas. 3. Reforma agrária. I. Peixoto Faria Nogueira, Alexandre. II. Título.

WELLINGTON SALES DE SOUSA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MST NA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES
LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA, AÇAILÂNDIA,
MARANHÃO**

BANCA EXAMINADORA:

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira - Orientador
Membro Interno - Orientador
Doutor em Geografia

Prof^o. Ms. Manoel Pinto
Membro Interno
Mestrado em Educação

Prof^o. Esp. Natal da Silva dos Santos
Membro Externo
Especialista em Educação do Campo

Profa^o. Dra. Betânia Oliveira Barroso
Membro Interno
Doutora em Educação

Imperatriz
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a oportunidade de ter chegado até aqui, pois sem ELE nada disso seria possível, e não conseguiria usufruir desta grande conquista em minha vida, que é poder concluir esse trabalho de monografia. Agradeço à minha família, especialmente aos meus Pais: Jadiel Santiago e Neuraci Sales; meus irmãos: Wendell Sales (*in memória*) e Kamila Sales; a minha vó Maria dos Anjos por em todos os momentos de minha vida ter me ajudado, por serem tudo de melhor que tenho na vida, e por sempre estarem ao meu lado, seja nos momentos bons ou ruins. Eu amo vocês!

Agradeço a minha esposa Farliane Sales pela ajuda e companheirismo nesses momentos angustiantes de produção. E a minha filha Estefanny, que apesar de ter rasgado minhas folhas e ter subido no notebook, sempre será a alegria da minha vida.

Agradeço a todos os meus amigos que puderam me ajudar, em especial Natal, Isael, Fábio Laurindo, Felipe Rafael, Wanderson Freitas, Felipe Coêlho (*in memória*), Lucas Macedo, Evandro, Pastor Daniel, Missionária Lusimar, Ailton Santos, Webert, Pedro Henrique e meu parceiro que me ajudou muito na construção deste trabalho Michael Douglas, bem como sua esposa Rebech Ferraz.

Agradeço ao meu orientador Alexandre Peixoto pelas dicas, reclamações e por me orientar a melhorar cada vez mais nesse trabalho e por ser um dos melhores professores que já tive em toda minha vida, aprendi muito com ele, humano, paciente, companheiro, amigo e parceiro ainda não encontrei. Espelho para mim como professor e como ser humano.

Agradeço também a mim mesmo, por ter conseguido chegar tão longe, e conseguir concluir esse trabalho acadêmico, que não foi fácil.

E por fim, e não menos importante, agradecer a instituição UFMA que me acolheu por todos esses anos, com trabalhos difíceis, mas que me fizeram crescer e contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Agradeço também a todos os professores que ajudaram em minha formação, em especial: Agnaldo Silva, Manoel Pinto, Vanda Pantoja, Jesus, Salvador Tavares, Betânia Barroso, Wesley, Tayaná, Chileno e não menos importante Alda que me ajudou e incentivou em todos os momentos da minha formação.

“Quando dizemos Por uma Educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e a escolarização no campo; e pela construção de escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada á história, á cultura e ás causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não de um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da pedagogia do Oprimido.”

(KOLLING, CERIOLI E CALDART, 2002, p. 19)

RESUMO

Muitos são os conflitos agrários, sobretudo, no que diz respeito a concentração fundiária, brechas em leis de proteção de terra permitindo uma má utilização e distribuição da mesma, desigualdades associadas a vítimas de expropriação de suas terras tradicionais, oriundos do crescimento do agronegócio, latifúndios, etc. Dessa forma, cresce o protagonismo dos movimentos sociais rurais, como o MST, com objetivo de lutar pela terra e reforma agrária. Com isso, uma das principais ferramentas utilizadas pelo MST é a educação. O objetivo desse trabalho foi analisar a atuação do MST através de sua prática pedagógica, baseada no paradigma da Educação do Campo, na Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Assentamento Nova Conquista no município de Açailândia - MA. Durante o presente estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas, sendo as principais fontes: livros e artigos. Foram feitas visitas a biblioteca da UFMA e consultados os registros da Escola Municipal Oziel Alves visando realizar um levantamento de teses, dissertações e monografias referentes ao tema. Nesse sentido, os principais autores que discutem sobre o tema “a educação no campo” foram pesquisados. Além das pesquisas bibliográficas foram realizadas visitas na Escola Municipal Oziel Alves, para o trabalho de identificação e caracterização das influências do movimento MST na prática pedagógica da escola. A Escola Municipal Oziel Alves tem como componentes estruturantes o chamado Coletivo de Educação, que é a base da pedagogia no assentamento orientada pelo princípio de gestão democrática. O Coletivo garante a participação e integração da comunidade nas tomadas de decisões no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem. A metodologia educacional empregada na Escola Municipal Oziel Alves tem seus princípios em sintonia com os valores pregados pelo movimento social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, configurando também uma das fortes estratégias de luta pela terra, por novos ideais e por uma nova sociedade.

Palavras-chave: Reforma agrária. Propostas pedagógicas. Educação do campo.

ABSTRACT

Many are the agrarian conflicts, mainly, with regard to fundiary concentration, loopholes in laws of land protection allow a bed use and distribution of it, inequalities associated with the victims of the expropriation of their traditional lands, resulting from the growth of agribusiness, latifundios, etc. In this way, the protagonism of rural social movements, such as the MST, is growing, aiming to fight for land and agrarian reform. Based on this analysis, one of the main tools used by the MST is education. The objective of this work was to evaluate the MST performance through its pedagogical practice, based on the field education paradigm, at the OzielAlves School, located in the Nova Conquista Settlement in the municipality of Açailândia - MA. During the present study, bibliographical research was carried out, the main sources being: books and articles. Visits were made to the UFMA library and the records of the OzielAlves School were consulted, aiming to realize a survey of theses, dissertations and monographs related to the topic. In this sense, the main authors who discuss the theme "education in the field" were researched. In addition to the bibliographical research, visits were made to Oziel Alves School for identification and characterization work of MST movement influences in the pedagogical practice of the school. The structural components of the OzielAlves school is called the Coletivo de Educação, which is the basis of pedagogy in the settlement guided by the principle of democratic management. These constituents ensure the participation and integration of the community in decision-making related to the teaching and learning process. The educational methodology employed in the OzielAlves School has its principles in tune with the values preached by the social movement of the Landless Rural Workers, also configuring a strong strategy of struggle for land, new ideals and a new society.

Keywords: Agrarian reform. Pedagogical proposals. Field education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Assentamento Nova Conquista dentro do território de Açailândia - Maranhão, Brasil.	27
Figura 2. Torre telefônica da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (EMBRATEL) do Assentamento Nova Conquista, Açailândia, Maranhão.	28
Figura 3. Estrada de acesso ao Assentamento Nova Conquista, Açailândia – MA	29
Figura 4. Vista da fachada da frente da Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Assentamento Nova Conquista, Açailândia – MA.....	30
Figura 5. Transporte escolar e alternativo do Assentamento Nova Conquista, Açailândia, Maranhão	34
Figura 6. Pesquisa de campo, orientações e diálogo com alunos da Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Município de Açailândia, Estado do Maranhão.....	39
Figura 7. Pesquisa de campo no 7º ano da Escola Municipal Oziel Alves, diálogo sobre a educação do campo e o MST.....	43
Figura 8. Pátio da Escola Municipal Oziel Alves com lema sobre a Reforma Agrária	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação de Funcionários da Escola Municipal Oziel Alves, situada na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão.....	31
Quadro 2. Relação de recursos detidos pela Escola Municipal Oziel Alves, Açailândia, maranhão	32
Quadro 3. Evolução de matrícula na Escola Municipal Oziel Alves entre os anos de 1997 e 2016	33
Quadro 4. Taxa de evasão na Escola Municipal Oziel Alves entre os anos de 1997 a 2010..	34
Quadro 5. Repetência na Escola Municipal Oziel Alves no período de 1997 a 2015	35
Quadro 6. Taxa de aprovação anual da Escola Municipal Oziel Alves nos compreendidos de 1997 a 2003	36

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2.EDUCAÇÃO NO CAMPO: CENÁRIO BRASILEIRO.....	15
2.1. ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO	18
2.2. MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO	21
3.MST E O ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA	27
3.1. ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA	27
3.2. A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO	29
3.3. POLÍTICAS PEDAGÓGICAS DE ENSINO NO ASSENTAMENTO	37
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	51
ANEXO A.....	52

INTRODUÇÃO

O termo Educação do Campo era usado como “Educação Básica do Campo” no contexto da preparação da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizado em Goiás, em 1998. Após esse período, o termo “Educação Básica do Campo” deixa de ser usado, sendo aderido “Educação do Campo” a partir de discussões no seminário em Brasília no ano de 2002.

Caldart (2009, p. 14) afirma que:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos do seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, como formação para o trabalho e para participação social.

Mesmo com todo o aparato legal, a educação do campo vem ao longo da história sendo marginalizada no que diz respeito, principalmente, ao investimento recebido e, conseqüentemente, sua qualidade, se comparada com a educação nas áreas urbanas, uma vez que no campo brasileiro a educação não vem atendendo o mínimo desejado do que é a alfabetização de seus sujeitos. O campo apresenta os maiores índices de analfabetismo, quando comparado com as cidades, o que corrobora o descaso por parte do poder público.

Com base no Censo Demográfico feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 161 milhões de pessoas residem na região urbana, e 30 milhões na zona rural (IBGE, 2011). O censo ainda apontou os índices de analfabetismo na zona rural, sendo de 21,2% para pessoas com 10 anos ou mais de idade e 23,2% para pessoas com 15 anos ou mais de idade, enquanto que para o perímetro urbano, as taxas reportadas pelo censo foram de 6,8% e 7,3%, respectivamente.

É no sentido de transformar essa realidade que os sujeitos do campo, organizados em movimentos sociais lutam por políticas públicas que garantam o direito à educação, especialmente a escola, e uma educação que seja no e do campo, assim, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira em relação a luta pela reforma agrária e por uma educação de qualidade. Caldart (2009) aborda esta temática colocando algumas temáticas como cultura, relacionando com o jeito de ser do campo que também é um produtor de conhecimento.

Vale ressaltar, a necessidade de conhecer a realidade camponesa, as situações diárias e personalidade do sujeito do campo, como elementos fundamentais para construção de uma

política pedagógica em escolas da rede pública, com objetivo de diminuir ou eliminar as desigualdades entre escola do campo e da cidade.

Estes princípios instrutivos e didáticos são resultados das lutas e conflitos de movimentos sociais, que no decorrer de suas reivindicações, preconizaram a educação básica como direito de todo cidadão.

Portanto, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), em seu processo de luta, tem se constituído como um movimento político e pedagógico na formação dos Sem Terra, através do seu compromisso com a terra e com a vida, e é por meio da luta em movimento que o povo se constitui como sujeito social, assumindo assim uma luta contra o latifúndio para que todos possam ter terra, estudo e liberdade, ou seja, por uma sociedade mais justa e igualitária, que veja o ser humano como base e fundamento da sociedade.

A luta dos movimentos sociais do campo pode ser materializada, principalmente, em dois diferentes momentos, a ocupação e o assentamento, onde estes diferentes momentos representam parte contínua do mesmo processo social, o de (re) configuração do espaço agrário brasileiro. Ao apresentar a ocupação como forma de acesso à terra, esta é compreendida como ação de resistência essencial à formação campesina no interior do processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo. Sobre isto afirma Oliveira (1990):

O Capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar campesino. Ao contrário, este, o capital, se cria e recria para que sua produção seja possível, e como ela pode ter também uma criação, de novos capitalistas (p.20).

Sobre o processo de ocupações, García (2004, p. 65) afirma que “através da ocupação de latifúndio e terras devolutas, a estrutura organizada do espaço se transforma. Entram em cena novas formas de gestão do território: os acampamentos e assentamentos rurais.

As ocupações de terras pelos movimentos sociais do campo tem sido a única via de acesso dos camponeses à futura conquista da posse da terra. Como afirma a autora, “Eles são a expressão local e específica do conflito capital x trabalho e a concretização da resistência à exclusão social e espacial” (p.68)

Sendo a ocupação uma via de acesso à conquista do assentamento, após a conquista da terra os camponeses se organizam para estabelecer relações sociais distintas as que encontravam no latifúndio desapropriado, onde temos o trabalho de base famílias, produção voltada para a subsistência e mercado local, além disso, uma educação específica para os sujeitos do campo.

As escolas situadas em ocupações e assentamentos de reforma agrária promovidas pelos movimentos sociais não deixam de ter as marcas de sua localização e de sua história, já que os sujeitos que as frequentam estão estreitamente associadas no movimento histórico que constituiu o novo núcleo populacional surgido da luta pela terra.

É no campo que vem ocorrendo rotineiramente tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores, sob essa condição, os personagens estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. A Educação do Campo está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social, tornando-se um movimento de socialização das pessoas que dele participam. Estas ideias contribuem na reflexão das seguintes perguntas: (i) A escola está sendo produzida pelo movimento social do campo? (ii) Qual o lugar da mesma na dinâmica de organizações e movimentos que participam da luta por um novo projeto de desenvolvimento do campo?

Portanto, estudar a dinâmica pedagógica da educação do campo bem como a contribuição do MST nesta prática é de extrema importância para compreender a dinâmica da questão agrária no Brasil hoje. O MST com toda sua história vem deixando claro que o objetivo do movimento não se dá apenas por força, mais sim na conscientização de seus sujeitos envolvidos na luta pela democratização da terra e que esta reforma agrária só vai chegar e ser garantida, por meio da educação e preparação de um sujeito crítico e para isso ocorrer, é necessária uma prática pedagógica diferenciada pelas propostas do paradigma da Educação do Campo.

Esta pesquisa propõe um debate, trazendo temáticas importantes como os movimentos sociais, no caso o MST, a Educação do Campo e a situação política do movimento, a participação dos professores que já atuam neste movimento, tendo como foco estudar a prática pedagógica do MST na Escola Municipal Oziel Alves, seus parâmetros, suas metodologias e seus currículos. Nesse contexto se faz necessária a discussão das metodologias utilizadas pelos educadores que atuam como professores na referida escola, pois segundo os defensores de uma educação do e no campo, estes devem também se reconhecerem como sujeitos que, ao mesmo tempo em que ensina, também aprendem, superando preconceitos, seus não-saberes e com vontade de enfrentar novos desafios, novas práticas e experiências, sobretudo aquelas ligadas ao seu fazer na escola.

Assim, nosso objetivo central da pesquisa foi: Analisar a atuação do MST através de sua prática pedagógica, baseada no paradigma da Educação do Campo, Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Assentamento Nova Conquista no município de Açailândia - MA. Para

tento, outros objetivos foram necessários para alcançá-lo, sendo estes: Entender e verificar quais as medidas pedagógicas que o movimento trabalha na Escola Municipal Oziel Alves; Identificar se há uma prática pedagógica de uma educação do/no campo; Entender a importância da escola na manutenção do território conquistado, bem como a influência do movimento sobre a mesma.

Durante a execução do projeto, foram seguidas alguns dos principais paradigmas metodológicos: a pesquisa qualitativa. Esta objetivou compreender as situações por meio da coleta de dados de natureza teórica e narrativa, estudando as peculiaridades e experiências individuais. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos, revistas, internet.

Nesse sentido, os principais autores que discutem sobre o tema “a educação no campo” foram pesquisados. Assim, foi realizado visitas a biblioteca tanto da UFMA quanto nos registros da Escola Municipal Oziel Alves, com o fim de fazer um levantamento de teses, dissertações e monografias referentes ao tema.

Diante disso, foi organizada a linha de pesquisa dividida em dois capítulos. Em um primeiro momento, foi analisada a educação no campo dentro do cenário brasileiro, descrevendo a escola como espaço de transformação e sua relação com os movimentos sociais. Posteriormente, buscamos descrever o Assentamento Nova Conquista e sua relação com o MST objetivando averiguar o principal espaço influenciado pelos ideais do movimento, no caso a Escola Municipal Oziel Alves.

Para compreender o papel da escola no território local, no decorrer da pesquisa, houve diversas idas ao campo, no sentido de acompanhar a realidade vivenciada pelos educandos, educadores e famílias do assentamento, assim, conhecendo precisamente os atores envolvidos nesse processo, além de estabelecer um vínculo maior com a Escola, conhecendo seus ideais, suas dificuldades e os seus objetivos.

A hipótese do trabalho é de que a Escola Municipal Oziel Alves é um instrumento de luta para a manutenção territorial do assentamento Nova Conquista, a partir de suas práticas pedagógicas desenvolvidas pelo MST.

Capítulo I

Educação do Campo: cenário brasileiro

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CENÁRIO BRASILEIRO

É fato que a história da educação do campo no Brasil passou e ainda passa por momentos difíceis. O histórico de descaso com a educação de seus sujeitos, não somente justifica a existência das escolas ditas “itinerantes”, como também mostra a importância destas para a construção de políticas pedagógicas educacionais públicas condizentes com os anseios dos povos do campo.

Para Breitenbach (2011) ainda no período colonial, em seus 300 anos de exploração, o desenvolvimento de um sistema educacional não era considerado prioridade. Assim, as pessoas que exerciam as atividades agrícolas, ou seja, escravos – índios e negros africanos – e os colonos imigrantes, encontravam-se em situação de desvantagem, não podiam esperar políticas educacionais, pois, não se considerava necessário saber ler e escrever para trabalhar com a terra.

No Brasil as décadas de 1960 e 1970 foram momentos marcantes. Houve maior penetração do capital internacional na economia, resultando num crescimento das contradições do capital nacional-desenvolvimentista. Em consequência disso houve o crescimento do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda e de grupos e entidades que almejavam a transformação da estrutura da sociedade, bem como o comprometimento de alguns setores das Igrejas com as lutas sociais. Houve também o crescimento e a difusão de experiências que viam na educação um dos instrumentos que proporcionaria uma maior conscientização política e social e uma participação transformadora das estruturas capitalistas presente na sociedade brasileira. (BATISTA, 2011, p.38).

Historicamente, este período foi marcado pela forte intervenção do Estado, porém houve lutas de diversos setores por reformas de base, reivindicando direitos agrários, eleitorais, urbanos, tributários, etc. Ressaltando que foi um período de ditadura, houve fortes repressões a todos estes movimentos sociais.

No que diz respeito à educação, políticas voltadas para a profissionalização de jovens de maneira precoce foram estabelecidas, possuindo maior número de trabalhadores para o mercado, e impossibilitando entrada no ensino superior. Assim, tais medidas contribuíam para o fortalecimento do capitalismo e como instrumento para controlar organizações e movimentos de contestação em prol de mudanças na estrutura da sociedade, sobretudo no campo.

Diante disso, é perceptível que a escola brasileira, desde sua construção nos primórdios, até meados do século XX, dedicou-se para atender as demandas da elite, esquivando grande parte da população rural.

Para Arroyo (2007) Uma hipótese levantada com frequência é que nosso sistema escolar é urbano, apenas pensado no paradigma urbano. A formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos. Há uma idealização da cidade como o espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa.

A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. Essas imagens que se complementam inspiram as políticas públicas, educativas e escolares e inspiram a maior parte dos textos legais. O paradigma urbano é a inspiração do direito à educação. (ARROYO, 2007, p.158).

Vale ressaltar, que a urbanização e a industrialização, foram eventos importantes no que diz respeito ao acesso à educação, pois passou a ser visto pelos camponeses como uma razão que poderia gerar mudanças sociais, contribuindo para o êxodo rural em grande massa, deixando mais uma vez a educação do campo de lado.

Em meio a tantas crises no cenário político e pedagógico em nosso país os movimentos sociais existentes passaram por avanços na legislação quanto à proposta de educação para a população rural. Tais avanços, são oriundos da articulação desses movimentos, à exemplo disso, podemos citar, as escolas do MST e reivindicações do movimento sindical, etc.

O Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, N. 9394/96, reporta que:

... na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Em um cenário de luta e organização de trabalhadores do campo, a concepção de educação no campo buscava recuperar matrizes pedagógicas que outrora estavam desvalorizadas pela sociedade capitalista. Destacam-se a pedagogia do trabalho, da terra, da história, da organização coletiva e da luta social como eixos temáticos dessa nova percepção.

Vale ressaltar que a educação do campo se denomina assim não por sua simples localização espacial e geográfica, mas também pela cultura que a população rural possui que a diferencia da cultura das pessoas que vivem no centro urbano.

Assegurando o pensamento dito acima, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná, mostram que a educação do campo se configura “um conceito

político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica” (BRASIL, 2006, p.24).

Dessa forma, o que os caracterizam são o jeito de organizarem suas atividades produtivas com base na agricultura familiar, o trabalho na terra, valores que os une com seus familiares e vizinhanças. Isto é, a educação do campo deve-se levar em conta a cultura e a identidade das pessoas que lá vivem.

Assim, é essencial uma pedagogia que valorize a cultura da comunidade local em que a escola está inserida, com o objetivo de que os alunos construam suas identidades de forma positiva.

A educação do campo deve-se basear em atividades educativas e pedagógicas que estejam relacionadas à realidade da população, ademais, que levem em consideração a cultura e as tradições da comunidade.

É bem verdade que uma educação que surge por meio de protestos dos movimentos sociais do campo buscava sempre um paradigma adequado com a vida e os hábitos dos alunos da área rural. Travessini (2015) assegura que:

Com relação à educação do campo, verifica-se que essa começa a se intensificar a partir da segunda metade do século XX, através de reivindicações de movimentos sociais e da sociedade civil, que desejavam uma educação voltada para os interesses e necessidades da população do campo, bem como uma educação que valorizasse a cultura e a identidade dessa população. Percebe-se que com tais movimentos havia o desejo de uma educação inclusiva e autônoma.

A educação do campo busca ser vista não somente como categoria de ensino, mas também como uma política pública que assegure a sua população os mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana.

Em um contexto histórico, se percebe que essa modalidade educacional não teve a mesma importância que as demais, pois os representantes do governo não pensaram ou investiram em uma educação voltada para a cultura e identidade do povo camponês. Vale mencionar as ausentes legislações específicas que preservem o direito à educação com qualidade à população do campo.

É notório que o sistema educacional sempre introduziu uma educação voltada para o “urbano”, e como consequência, tais ensinamentos, culturas e valores eram inseridos nas comunidades camponesas. Assim, práticas pedagógicas do MST buscam métodos condizentes com a realidade destes povos, resgatando sua cultura e permitindo uma maior comunicação, assim criando um sentimento de não querer se deslocar para os centros urbanos, pois seu

desenvolvimento influi a aceitação do novo, a reprovação da discriminação e a reflexão crítica sobre a prática, sem deixar de lado rigor metodológico.

Vale destacar que a educação não é algo neutro, pois contém uma intencionalidade política, como atribui Paulo Freire (2005). Isto é, presume escolhas referentes aos conteúdos, às metodologias, ao planejamento, à comunicação, entre outros. Estas escolhas contribuem para a manutenção da organização e dinâmica social, podendo ser transformadora ou tradicional.

Diante das orientações teórico-metodológicas desenvolvidas por Paulo Freire (2005), é necessário compreender que a prática educativa é histórica e social, portanto, tem intencionalidade política e, conseqüentemente, requer que o educador perceba o sentido que atribui à educação.

Paulo Freire (2005), afirma que é necessário densificar o nosso discurso e criar condições efetivas para o diálogo com o outro, com o fim de não isolar a realidade social somente a um indivíduo, pois todos pertencem à mesma classe.

Assim, a realidade dos educandos é o fator gerador para o conhecimento que eles vão adquirindo do mundo. Na perspectiva de uma educação libertadora, os diferentes contextos vão exigindo a dialogicidade. O processo educativo deve instigar o educando a adentrar em graus cada vez mais abrangentes do saber, pois este envolve-os para a construção do exercício da cidadania ativa, fazendo com que os cidadãos ocupem cada vez mais os espaços públicos e lutem em prol dos direitos sociais coletivos.

2.1. Escola como espaço de transformação

Para Eitler (2014) a educação pode e deve oferecer informações que motivam a reflexão, fortalecer valores de justiça e respeito pelos outros, aproximar vozes e experiências humanas e nos ajudar a conhecer e a agir. A educação deve promover e estimular a ação de pessoas e grupos em favor da justiça e de valores que representam o bem comum. Portanto, o compromisso da educação com o tema da pobreza vai muito além da simples denúncia ou da indignação momentânea.

Temos o desafio de superar a ideia de que a escola não é um espaço de transformação. Ela é, sim, um espaço de transformação e precisa ter uma valorização muito maior do que historicamente tem. Não é um desafio só do governo federal. Quando analisamos a educação do campo, vemos que a ideia de “Pátria Educadora” pode ser um grande incentivo para que se defina, por meio dos estados e dos municípios, qual o papel desses entes na construção de uma escola do campo (NOVAES, 2016, p.1).

A escola é um espaço de potencializar experiências de seus sujeitos e transformá-los em elementos cada vez mais críticos, tendo a educação em diferentes polos como alicerce desse processo. Como já dizia Freire (2005, p.33) “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – liberta-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos.

Muitos acreditam que a educação do campo é uma questão de delimitação de uma área teórica. Dessa forma, defender os direitos de uma comunidade de observar o mundo a partir de sua realidade vivida cotidianamente é um dos principais motivos levantados pelos movimentos sociais. Ou seja, partindo dessa perspectiva, é conclusivo a ideia de que a escola do campo tem que ser pensada pelos sujeitos do campo e não levando em consideração a vida urbana.

Logo, a educação do Campo, tem como objetivo buscar uma educação que possa levar seus discentes ao entendimento e independência frente a opressão deste sistema capitalista. Para alcançar isto, meios pedagógicos são adotados por movimentos e ações coletivas, seja de educativa formal ou informal, trazendo um elo significativo entre escola-sociedade.

A escola é vista como o cenário ideal na formação dos sujeitos para o capitalismo. Partindo dessa premissa, os movimentos sociais, principalmente os do campo no Brasil, desenvolvem um modelo de sociedade antagônico a esse sistema.

Vale destacar que, é fundamental compreender não só a matéria das políticas educacionais, mas também sua forma, isto é, observar como a esfera política influencia na dimensão pedagógica.

Para entender a escola, suas atribuições e funcionamento, é necessário compreendê-la em seu contexto histórico, como instituição social. Assim, deve-se buscar entender como funciona a escola nos moldes da cultura capitalista para desvelar sua concepção de formação e, posteriormente, escolher outra, com base na concepção de sociedade defendida.

Com base nisso, tal construção de uma nova concepção não busca criar um padrão de escola a ser instituído, mas inserir categorias de análises em busca de estratégias para a transformação de uma experiência de educação.

No capitalismo, a escola propende a delinear relações, atitudes e valores fundamentais para o capital, como a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, a reprodução

do pensar capitalista da responsabilização pessoal, bem como a solidificação de valores essenciais para a dominação de classe.

Nesse sentido, a falta de auxílio político-pedagógico apropriado, a insuficiente atuação da comunidade no processo educativo e o pouco investimento na formação de educadores no quadro brasileiro, são vistos como questões relevantes a serem refletidas e potencializadas para a transformação de novas experiências. E é nesse cenário que a participação da comunidade é fundamental para solidificar esse novo processo pedagógico.

Algumas atividades do MST já vão de encontro com essa perspectiva, como a organização dos alunos em núcleos de base, grupos ou brigadas e a atuação destes nos processos de gestão. Levando em consideração que realizar um processo de gestão com base na democracia representativa não teria muita lógica, pois criaria uma divisão entre os que lideram e os que são apenas coordenados, e assim, reproduzindo uma relação nos moldes capitalista. Nessa nova percepção de pedagogia adotada, busca-se desenvolver na comunidade geral dos estudantes a capacidade tanto de liderar quanto de ser liderado, havendo assim um rodízio nas tarefas.

Nessa perspectiva, uma escola do campo busca desenvolver laços entre estudo e prática social, embora possua enormes dificuldades para se concretizar, uma vez que no molde capitalista, o estudo se restringe a aulas, diminuindo o espaço do professor. As relações sociais criadas fora do ambiente escolar devem colaborar para o processo de formação dos alunos.

O MST busca potencializar o avanço da Educação do Campo por meio da realização de trabalho de base nas comunidades, levando em conta a educação, noções sobre os direitos desses povos e prerrogativas do Estado, bem como objetiva ampliar a participação da comunidade na escola para além dos trabalhos mais simples.

Tal participação das pessoas presume que elas e a escola estejam preparadas para o diálogo, fazendo com que a instituição não só assegure espaços de atuação na gestão, como também formação político-pedagógica para que as famílias possam participar ativamente no processo educativo.

A transformação da educação baseia-se na construção ininterrupta do processo educativo por parte da população e movimento social, abrindo uma série de possibilidades, pois com o progressiva organização coletiva e no exercício da prática intensificada pelos sujeitos inseridos nessa relação, atribui aos movimentos sociais ambientes propícios e férteis para desenvolver uma educação oposta à dominante.

Mas para alcançar essa educação emancipadora necessita uma transformação da educação do campo como política pública. Tal transformação não se resume apenas em programas que atendem aos movimentos sociais, mas também transformar as políticas educacionais.

2.2. Movimentos sociais e a educação

É nessa luta pela expropriação, conflitos e desigualdades que surgem os movimentos sociais do campo contemporâneos, lutando por melhores condições de vidas para os trabalhadores, pelo direito ao acesso à terra e pelo desenvolvimento de uma política pública de Reforma Agrária que atenda às suas reivindicações. Esse processo de luta tem sido constante e desigual para os trabalhadores que enfrentam no campo político, o grupo dos grandes proprietários rurais, denominados *ruralistas*, com grande influência política e econômica, herdeiros dos tradicionais latifundiários do país e que, a partir da primeira década do século XXI, associaram-se ao capital transnacional por meio do agronegócio (NOGUEIRA, 2010, p.36).

Os movimentos sociais demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação, objetivando a discussão/ construção de políticas públicas da educação do campo. Também, as experiências do tipo parcerias, entre movimentos sociais,

Levando em consideração que as práticas pedagógicas e filosóficas são essenciais para elucidação dos objetivos educativos, concretizando mudanças sociais, bem como ampliando espaços para razão social. Essas práticas educativas, oriundas dos procedimentos metodológicos de movimentos itinerantes, em parte, contribuem para organização da sociedade, bem como incentivar seus princípios e ideais para os educandos.

Schelesener (2004, p. 69), afirma que, segundo Antonio Gramsci,

A educação não se restringe a um determinado tipo de ação, mas permeia todas as ações; nós nos educamos na vida, por meio de nossa inserção social. A educação é um desdobramento da teoria política e implica a compreensão dos projetos sociais que as classes em luta pretendem conservar ou instaurar. (SCHELESENER, 2004, p. 69).

A experiência acumulada pelo Movimento Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento

pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo (MUNARIM, 2008, p. 59).

Vale ressaltar que esta luta pelo direito a terra que vem ocorrendo na que prioriza o capital e os grandes ruralistas. Observando as relações sociais neste espaço de conflito, percebemos que, dominados e dominadores estão em constante contato, seja por uma negociação simples ou até mesmo quando o pequeno camponês se submete a venda de seu lote em busca de qualidade de vida, igualdade e coletivização do direito à terra, educação entre outros, levando a uma situação que provoca lutas em prol de alcançar esses direitos.

É necessário verificar a esfera educativa das atividades produtivas e o trabalho como princípio educativo, com o fim de compreender a metodologia pedagógica social na formação humana. Nesse sentido, é preciso manter a sequência de debates sobre a educação, ampliando a luta por direitos frente à classe dominante. Tal luta faz com que organismos motivam uma educação voltada aos sujeitos e possibilitando a sua efetiva participação, integrando a comunidade, escola e movimentos sociais no mesmo fim.

Partimos da compreensão de que os movimentos sociais não aparecem na história por nada, uma vez que são oriundos de uma realidade social, em um espaço específico e tempo histórico da sociedade humana, levando em consideração as necessidades e interesses apresentados e organizados pelos indivíduos.

Os movimentos sociais chegam a ter uma dimensão maior da formação humana quando são percebidas as diferenças da realidade, dos valores, das pessoas. Esta última é vista quando o sujeito se liberta do senso comum e percebe que estar inserido em um contexto maior, sendo capaz de questionar as condições de vida existente e a estrutura da sociedade em que faz parte. Nesse sentido, é importante ressaltar o pensamento de Freire em sua obra *Pedagogia do oprimido*:

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos (FREIRE, 2005, p. 33).

São as ações dos movimentos sociais que buscam o desenvolvimento de um projeto de Educação do Campo, tendo como fim a formação humana. Partindo desse pressuposto, os Movimentos articularam-se em busca de estabelecer parceria com outras forças sociais objetivando romper com o modelo de educação fornecido pelo capitalismo. Caldart (2004) assegura que para os Movimentos, “o diálogo principal terá que ser com uma determinada

tradição pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação de luta por justiça e igualdade social neste meio teórico. ”

Com isso, podemos destacar que as bases formadoras dos seres humanos são a cultura, opressão, os movimentos sociais e o trabalho. Tais bases, dentro dos Movimentos Sociais, acabam construindo identidades, pois o trabalho é ferramenta para a produção de vida e alimentos. Os Movimentos Sociais procuram fazer com que o trabalho desenvolvido na prática esteja vinculado à produção da vida, da existência e na produção de alimentos saudáveis, uma vez que este é inerente a existência humana.

Assim, a educação do campo necessita buscar métodos pedagógicos para valorização do trabalho. Vale ressaltar que, ações de trabalho produtivo realizado pelos camponeses acabam possibilitando a aquisição de novos métodos e técnicas. Nesse contexto, a educação ganha relevância no sentido de libertar o ser humano, atribuindo instrumentos para que este conheça a realidade e dialogue coletivamente.

Nas relações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, seja no ambiente escolar, sejam nas comunidades, assentamentos, no trabalho, exterioriza uma cultura que é polida com o tempo, isso se verifica na história, pois é inerente a existência do indivíduo.

Partindo da premissa que os Movimentos Sociais são sujeitos essenciais desse processo de educação libertadora, contribuindo no processo de formação das comunidades específicas, cada vez mais vão se transformando e modificando a realidade trazendo novos desafios, sejam sociais, políticos ou econômicos.

É nessa autodeterminação das massas populares no Brasil, que configura o processo de organização popular. É algo cíclico, pois é o próprio movimento da sociedade que indica os novos caminhos a serem alcançados, assim, levando a construção de outro novo modelo de sociedade, distribuição e democratização da terra, entre outras abordagens. Portanto, as condições em que os sujeitos estão inseridos e construídos pelos próprios Movimentos faz com que estes sejam transformadores da sociedade.

O projeto que os Movimentos buscam desenvolver será fruto de esforço e luta social coletiva, pois é uma pedagogia frente aos modelos hegemônicos. Nesse sentido, Braga (2006, p.38) postula que “dependerá do grau de organização social e de massa que iremos conseguir, do avanço da luta social, para assim os novos homens e novas mulheres construírem o projeto popular para o Brasil. ”

A pedagogia dos Movimentos Sociais ocorre nos seus diferentes espaços, sendo ele mesmo um espaço educativo. A metodologia pedagógica vai além das estruturas físicas da

escola. Podemos ressaltar que um dos diversos ambientes formativos é a maneira como os Movimentos se estruturam em todos os espaços em que os indivíduos estão inseridos: seja na base, no planejamento de uma ação ou na dinâmica da luta social.

Tal organização não é tudo, deve-se avançar e criar uma consciência de sua existência, de identidade própria, valorativa, ampliando laços, na coletividade. Isto é perceptível quando uma pessoa adere um grupo social ou entra em um Movimento movido por suas convicções e necessidades, como meio para buscar melhores condições de vida.

Porém, em um contexto de luta social, as pessoas priorizam os interesses coletivos, embora tenham seus interesses pessoais. É necessário criar estratégias para um processo educativo de progresso da consciência dos indivíduos, pois a organicidade é fundamental para tal avanço. Dessa forma, não é apenas a realidade vivida de um indivíduo dentro da organização de um Movimento Social que o deixará crítico, mas sim as relações que vão ocorrendo no contexto, sendo um processo extenso que prioriza a internalização da teoria, prática, ação e reflexão nos indivíduos.

Para esta ação é necessário um processo longo e vai depender de como se observa a dualística entre a aplicação e a análise na ação e na reflexão. A ação tem que ser vista como parte de um contexto, como uma resposta frente e relacionada à problemática atual, por exemplo, uma ocupação de terra em uma propriedade que concentra a propriedade em poucas mãos. Um dos aspectos a ser levado em consideração é entender as condições de existências de cada pessoa, de suas realidades, para posteriormente compreender o processo de formação do grupo.

Os conflitos que os Movimentos Sociais travam, se apresentam em uma realidade que promove condições de compreender a dinâmica de suas práticas. As lutas travadas pelos grupos sociais geram avanços do processo de formação dos trabalhadores envolvidos, sobretudo, no que diz respeito às questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

É perceptível que esses movimentos buscam ferramentas para trabalhar a formação de jovens camponeses, agricultores, crianças, entre outros, no sentido de contribuir com a organicidade dos grupos tendo a ótica da luta de classe contra o capitalismo. As realidades dessas organizações, potencializadas pelas relações com a comunidade, escola, utilizam da educação como método de articulação de seus ideais teóricos com a realidade vivida.

Nesse sentido, as escolas ligadas aos Movimentos Sociais objetivam construir uma educação voltada à realidade, tendo em foco as necessidades de aprendizagem das pessoas envolvidas. Pazzetti (2007, p. 47) assevera que:

O campesinato, sendo o público que passa a integrar as nossas organizações, é necessário que o mesmo não seja apenas observador, mas sim sujeito, deve se colocar em movimento para se concretizar um novo projeto de sociedade. Assim, envolver-se nas discussões das propostas pedagógicas das escolas, nas discussões de grupos de base, associações, cooperativas, ou seja, na comunidade como um todo.

Assim, é necessário que tais movimentos busquem trabalhos articulados no sentido de possibilitar ao jovem sua permanência ativa na realidade. Corroborando com isso, Barreto (2006) defende que a “falta de escolarização de nível médio e superior, falta espaço onde possam expressar ideias e angústias, e pensar espaços de lazer, para que os mesmos não tenham que sair do campo. ”

A escola como parte fundamental de nossas organizações tem a meta de formar cidadãos, que ao fazer parte de organizações sociais possui uma tarefa maior que é contribuir na formação crítica de crianças, jovens e adultos para que unidos possam compreender a realidade que vive e conseqüentemente conhecer seu papel ativo na sociedade.

A educação no campo tem encontrando barreiras para alcançar seus objetivos, sobretudo no que diz respeito à relação escola, comunidade e movimentos, como: infraestrutura, formação de educadores, transporte escolar, materiais escolares, entre outros. De tantas razões, a principal que permeia tais problemas é a pouca atuação do Estado.

O Movimento Social, ao se responsabilizar pela educação e formação humana, desafiando a estrutura atual em uma perspectiva contra-hegemônica, faz com que as pessoas percebam que é possível ter uma educação liberta do sistema capitalista, bem como promove a organicidade dos processos diferente do então vivenciado pela sociedade. Este último faz com que as pessoas envolvidas na luta se percebam como sujeitos libertos de modo a agirem como tal, não compartilhando com os valores da sociedade capitalista, centrada na exploração.

Fica claro que os Movimentos Sociais encontram obstáculos em levar as famílias a acreditarem que com educadores formados no próprio contexto de luta social é possível fomentar a escolarização e a formação das crianças, jovens e adultos. Se bem que não é algo simples de se concretizar, pois tais processos de educação estão inseridos no calor da luta. Portanto, para os Movimentos Sociais é essencial tornar a realidade como objeto da educação dos indivíduos do campo e da luta social, bem como consolidar estes nos processos de formação para que gerem cidadãos críticos da sociedade atual e contribua para melhorias dela.

Capítulo II

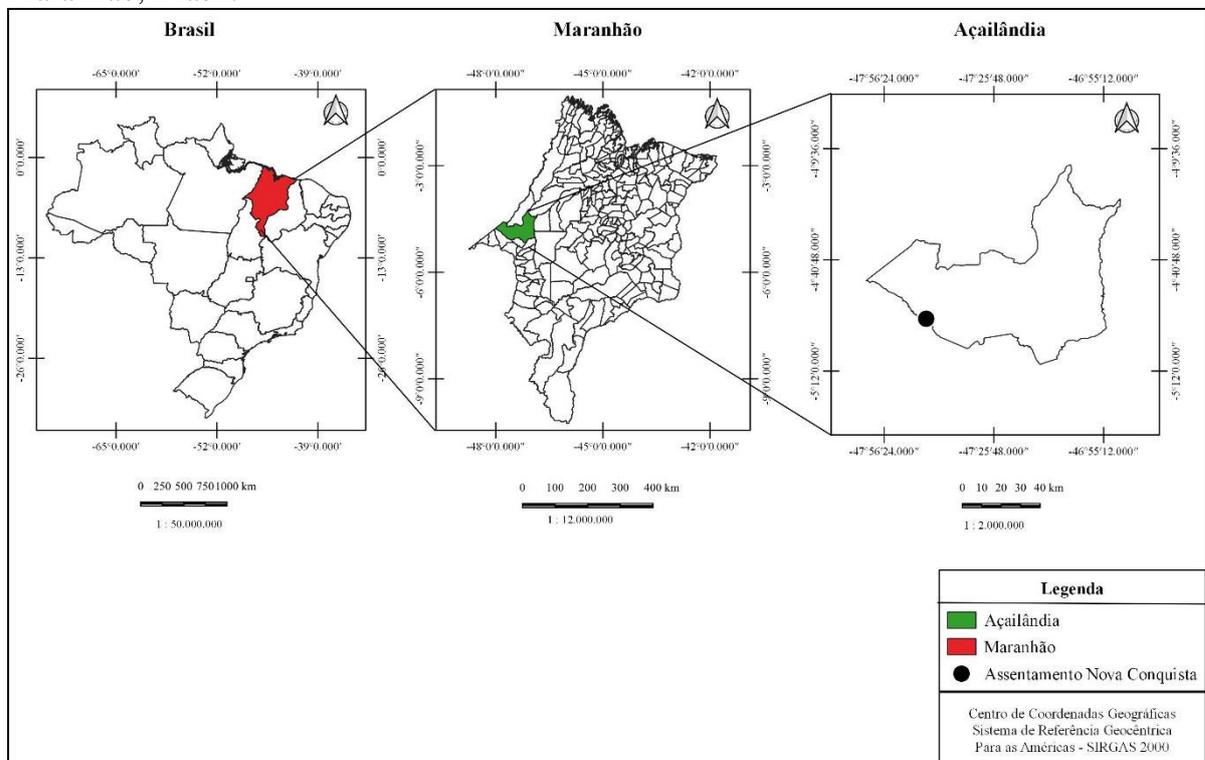
MST e o Assentamento Nova Conquista

MST E O ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA

3.1. Assentamento nova conquista

O Assentamento Nova Conquista está localizado no município de Açailândia - Maranhão (Figura 1), surgiu após várias reuniões que resultou em 250 famílias sem-terra ocupando a fazenda Califórnia localizada às margens da BR 010 (Belém-Brasília) entre Imperatriz e Açailândia a altura do km 275 no município de Açailândia.

Figura 1. Localização do Assentamento Nova Conquista dentro do território de Açailândia - Maranhão, Brasil.



Fonte: O autor.

O Assentamento é constituído por 170 casas de alvenaria e aproximadamente 50 casa de taipa (barro e madeira), 1 posto médico, 1 galpão para armazenamento de produtos agrícolas, 1 igreja católica, três igrejas evangélicas (2 Assembleias e 1 Adventista), 1 escola(5 salas, 1 secretaria, 1 cantina, 2 banheiros, 2 depósitos, 1 área coberta, 2 poços artesianos), 1 praça (Oziel Alves), 1 torre da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações AS), (Figura 2), 1 campo de futebol, 1 clube de dança, 3 usinas pequenas para beneficiamento de arroz, 5 mercearias, 1 movelaria, 1 pocilga para a criação de suínos (está desativada), 8 orelhões da TELEMAR (Telecomunicações do Maranhão), 6 telefones residenciais, rede de

eletrificação (CEMAR), rede de distribuição de água (comunitária), 2 salões equipados (cabeleireiro, manicura e pedicuro), 2 mine lanches e 3 bares (2 ativos e 1 desativado).

Figura 2. Torre telefônica da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (EMBRATEL) do Assentamento Nova Conquista, Açailândia, Maranhão.



Fonte: O autor.

Sobre meios de comunicação, o assentamento também dispõe, TV a cabo e assinaturas, computador, telefones e autofalantes. Com relação ao acesso do Assentamento, é feito por uma estrada de barro, sem capeamento ou asfalto, como mostra a Figura 3.

Figura 3. Estrada de acesso ao Assentamento Nova Conquista, Açailândia – MA.



Fonte: O autor.

A principal atividade econômica desenvolvida no assentamento é a agricultura de subsistência, tendo como principais produtos: milho, arroz, feijão, inhame, urucum e abóbora. As principais características da agricultura praticada pelos agricultores do assentamento em questão é a utilização de equipamentos manuais e o trabalho de base familiar. Essas características os inserem na categoria de agricultores familiares, onde membros do núcleo familiar gerem a atividade e a produção no campo.

Os moradores do Assentamento Nova Conquista em sua maioria são agricultores, 78% oriundos de várias regiões do Maranhão e o restante de outros estados da federação, principalmente do Nordeste. Além da agricultura, como principal fonte de renda, possuem a produção de leite e criação de animais de pequeno porte. Contam também com o programa social do governo federal, bolsa família.

3.2. A educação no assentamento

A educação no Assentamento Nova Conquista, representada nesse trabalho de pesquisa pela Escola Municipal Oziel Alves (Figura 4), teve sua fundação em 1996, ainda neste período funcionou apenas o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e gradativamente com a segunda etapa do Ensino Fundamental (5ª a 8ª). Atualmente a escola atende da Pré-escola ao 3º ano do Ensino Médio nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos. Contando também com uma turma do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Figura 4. Vista da fachada da frente da Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Assentamento Nova Conquista, Açailândia – MA.



Fonte: O autor.

A Escola Municipal Oziel Alves é fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem Terra, que ao conquistarem a terra em 1996, compreenderam que somente a terra não era o suficiente para sobreviver com dignidade, que outras lutas teriam que travar no sentido de garantir que seus direitos sociais enquanto cidadãos fossem respeitados, daí então se iniciou a luta pela implantação de uma escola no acampamento, tendo em vista o grande número de crianças em idade escolar.

No início, ainda no primeiro semestre de 1996, a escola funcionou sem o reconhecimento da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) com muita dificuldade as famílias organizaram a escola que funcionava em barracões de lona, onde as cadeiras eram toras de árvores e as professoras que trabalhavam de forma voluntária tinha que usar bastante criatividade, pois não contavam com recursos didáticos. Nesse período, a escola tinha em torno de quarenta alunos em duas turmas multisseriadas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Devido às fortes pressões das famílias no final de 96, o SEMED resolveu assumir então a escola contratando as professoras e fornecendo matérias didáticas. No entanto a escola continuou funcionando em galpões e somente em 1999 foram construídas duas salas de aulas, o que já não atenderia a demanda, devido à evolução rápida de matrículas. Vale ressaltar que houve um forte embate na escolha do nome da escola, tendo em vista que a SEMED não queria aceitar, no entanto as famílias se mantiveram firmes e garantiram o nome de Oziel

Alves, por se tratar de um jovem que dedicou sua vida a luta do povo Sem Terra e foi assassinado na luta pela terra, dos aproximadamente 350 mortos no conflito Oziel Alves era o mais novo, tinha dezessete anos.

Atualmente, os funcionários da escola são do assentamento, assentados ou filhos de assentados. Os professores em sua maioria já cursaram o ensino superior. Alguns deles cursaram ou estão cursando o ensino superior através de oportunidades oferecidas pelo MST, em parcerias entre Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Universidades Federais. Este fator apresenta perspectivas positivas no sentido da melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem.

Destaca-se alguns dados referentes à escola no que diz respeito sua estrutura, seu quadro de profissionais ou recursos humanos com base no levantamento realizado pela própria escola e a Secretaria de Educação em 2016 no Quadro 1. Nessa data, a referida escola atendia 260 educandos, sendo 38 da Educação Infantil, 146 do Ensino fundamental de 1º a 9ºAno, 16 da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 51 do Ensino Médio, sendo as turmas do Ensino Médio anexo do Centro Educacional Lourenço Antônio Galletti, também localizada no município de Açailândia.

Quadro 1. Relação de Funcionários da Escola Municipal Oziel Alves, situada na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão.

Quantidade	Função	Formação Acadêmica
1	Gestora (efetivo)	Licenciatura Plena em Pedagogia
1	Supervisor (efetivo)	Licenciatura Plena em Pedagogia
4	Professores (efetivos)	Licenciatura Plena em Pedagogia
4	Professores (efetivos)	Licenciatura em Letras
1	Professor (efetivo)	Licenciatura em Educação do Campo e Ciência Agrária
1	Professor (efetivo)	Licenciatura em Biologia
2	Professores (efetivos)	Licenciatura em Matemática
1	Professores (efetivo)	Licenciatura em História
1	Secretária (efetiva)	Ensino Médio
1	Agente de portaria (efetivo)	Ensino Médio
4	Auxiliares de Serviços Gerais (temporário)	Ensino Fundamental e Médio
1	Merendeira	Ensino médio
2	Cuidador de crianças especiais	Graduação e ensino Médio
5	Educadores (contrato temporário)	Graduação e 2 cursando graduação

Fonte: Escola Municipal Oziel Alves

No que se refere à estrutura física da escola, possui: 06 salas de aulas, 01 sala de secretaria, 01 pequeno depósito de materiais didáticos, 01 cantina com dispensa, 04 banheiros sanitários femininos e 01 masculino, 01 área coberta, 01 sala de leitura.

O Quadro 2 apresenta a relação dos recursos (material permanente, didático e tecnológico) que a Escola em estudo dispõe.

Quadro 2. Relação de recursos detidos pela Escola Municipal Oziel Alves, Açailândia, Maranhão.

Permanente	Didático	Tecnológico
<ul style="list-style-type: none"> • 01 cx. D' água 1.000 lt • 170 carteiras universitária plástico • 02 - Fogão • 02 - Freezer • 03 - Butijões 	<ul style="list-style-type: none"> • 180 Livros didáticos e informativos • 60 Novelas (autores diversos) • 80 livros para-didáticos (teatro, ensaio, tradição popular) autores diversos. • 50 Livros de literatura Infantil (autores diversos) • 60 Cartilhas literatura infantil (informativos) • 50 Livros de contos (autores diversos) • 23 livros de poesias e romances (autores diversos) • 80 – DVDs vídeo aula TV-escola • 36 Dicionários de 1ª a 4ª • 01 Bússola • 01 Globo • 03 Mapas do Brasil e do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • 02 DVDs • 01 tv 20" • 01 TV 21" • 05 microssistem • 02 Cx. amplificada • 01 câmara fotográfica • 02 Computadores • 01 Impressora HP DESKJET D1460 • 02 Microfones • 01 impressora Epson • 01 Note book • 01 TV tela plan 29

Fonte:Secretaria da Escola Municipal Oziel Alves.

No tocante ao recurso financeiro, o que a escola administra é advindo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Esse recurso objetiva promover assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal. Esse mesmo programa fornece à escola através do Caixa Escolar, o equivalente a R\$ 6.000 (seis mil), que são destinados à compra de material pedagógico, limpeza supermercado, esporte e material permanente.

Partindo dos dados estatísticos (Quadro 3) referentes ao aumento do número de matrículas, tomando como base o de 1997 e fazendo um paralelo com os anos posteriores, é perceptível que, até o ano de 2002 a escola obteve um alto índice de matrícula. Tal situação se deu ao fato de que após a desapropriação da área, as famílias começaram a trazer seus filhos que ainda estavam na cidade.

Quadro 3. Evolução de matrícula na Escola Municipal Oziel Alves entre os anos de 1997 e 2016.

Ano	Nº Matrícula	% Ano Base 1997	% ano a ano
1997	39	100%	
1998	153	292%	292%
1999	208	433%	35.94%
2000	249	538%	19.71%
2001	317	712%	27.30%
2002	352	802%	11.04%
2003	330	746%	6.25%
2004	281	620%	14.84%
2005	224	474%	20.28%
2006	286	633%	27.67%
2007	258	561%	9.79%
2008	281	621%	8.9%
2009	275	605%	2.1%
2010	237	508%	13.81%
2011	245	528%	3.37%
2012	217	556%	11.42%
2013	212	543%	2.03%
2014	217	556%	2.35%
2015	194	497%	10.59%
2016	209	536%	7.73%
Total	4.774	513.78%	27.53%

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Oziel Alves.

Este alto índice de crescimento foi muito positivo no sentido de fortalecer a luta por educação no assentamento, bem como garantir o processo permanente de luta que resultou na construção da escola.

Ao observar os dados da evasão escolar (Quadro 4), foi observado que o índice tem sido elevado, sendo motivo de preocupação da política pedagógica em que a escola vem buscando. Nesse sentido, o esforço por meio da conscientização dos pais e alunos sobre a importância do estudo está sendo de grande relevância.

Quadro 4. Taxa de evasão na Escola Municipal Oziel Alves entre os anos de 1997 a 2010.

Ano	Matrícula inicial	Matrícula final	% Evasão
1997	39	22	43.58%
1998	153	96	37.25%
1999	208	169	18.75%
2000	249	183	26.50%
2001	317	254	19.87%
2002	352	276	21.59%
2003	330	263	20.30%
2004	281	214	23.84%
2005	257	224	12.84%
2006	325	255	21.53%
2007	258	199	22.86%
2008	281	295	23%
2009	275	252	19%
2010	253	260	15%
2011	269	266	1.11%
2012	264	261	1.13%
2013	235	223	5.1%
2014	239	231	3.34%
2015	191	190	0.52%
Total	4.776	4.133	13.46%

Fonte: Secretaria da Escola Mun. Oziel Alves

Outra hipótese refere-se a difícil situação financeira das famílias, pois não havendo uma política agrícola de incentivo a produção, tais famílias enfrentam diversas dificuldades e procuram soluções de várias maneiras, como por exemplo, a mão de obra dos filhos no cultivo da lavoura, gerando fadiga e causando desinteresse em frequentar a escola. Além disso, soma-se outros fatores como a distância de algumas habitações para a escola. Um modelo de transporte alternativo utilizado no traslado dos alunos é mostrado na Figura 5.

Figura 5. Transporte escolar e alternativo do Assentamento Nova Conquista, Açailândia, Maranhão.



Fonte: Autor.

No que diz respeito aos dados de Reprovação (Quadro 5) levando em consideração o período de 1997 e 2015, foi constatado que variaram no presente levantamento de 0% (22 matrículas) a 13,38%(254 matrículas), contudo o ano de 2015 finalizou com um total de 190 matrículas, sendo que desse quantitativo apenas 7,36% de repetência, em números, 14 reprovados.

Quadro 5. Repetência na Escola Municipal Oziel Alves no período de 1997 a 2015.

Ano	Matrícula inicial	Matrícula final	Nº Reprovados	% Repetência
1997	39	22	0	0%
1998	153	96	0	0%
1999	208	169	15	8,87%
2000	249	183	23	12,56%
2001	317	254	34	13,38%
2002	352	276	27	9,78%
2003	330	263	31	9,36%
2004	281	214	19	8,87%
2005	257	224	16	7,14%
2006	325	255	14	5,49%
2007	258	199	26	13,06%
2008	281	291	18	6,18%
2009	275	252	31	12,3%
2010	237	260	18	6,92%
2011	269	266	26	9,77%
2012	264	261	15	5,74%
2013	235	223	23	10,31%
2014	239	231	26	11,25%
2015	191	190	14	7,36%
Total	2.769	2.077	169	8,13%

Fonte: Secretaria da Escola Mun. Oziel Alves

As aprovações estiveram sempre acima de 74% (Quadro 6). Outra informação importante é que os números de matrículas aumentaram no decorrer dos anos, variando de 22

(1997) a 295 (2008) matrículas, fechando o ano de 2015 com o total de 190 matriculados, dos quais 94% dos alunos foram aprovados, configurando uma das mais altas porcentagens de aprovações. Para atingir o objetivo de melhorar estas condições, para a escola, se faz necessário intensificar as ações coletivas internas e externas que valorizem os professores e todos os outros profissionais do espaço escolar, como também os alunos e a comunidade. Ademais, outra meta da escola é a busca por Políticas Públicas de Educação que valorizem o campo e seus sujeitos.

Quadro 6. Taxa de aprovação anual da Escola Municipal Oziel Alves nos anos compreendidos de 1997 a 2003

Ano	Matrícula final	Nº de aprovados	% de aprovação
1997	22	22	100%
1998	96	96	100%
1999	169	158	93,49%
2000	183	157	85,79%
2001	259	217	83,78%
2002	276	247	89,49%
2003	263	212	80,60%
2004	214	194	90,65%
2005	224	174	77,67%
2006	255	241	94,50%
2007	199	173	86,93%
2008	295	220	74,57%
2009	253	221	87,35%
2010	260	243	93,43%
2011	266	213	80%
2012	261	202	77%
2013	223	188	84%
2014	231	183	79%
2015	190	178	94%
Total	4,139	3.547	85%

Fonte: Secretaria da Escola Mun. Oziel Alves

Cruzando os dados de aprovação e reprovação, observamos após análises dos dados altos índices de reprovação, haja vista que a escola não é para reprovar, e que o índice de reprovação numa escola deve ser de 0%, esse objetivo só conseguiu ser atingindo nos anos de 1997 e 1998.

Nesse sentido, foi observado constantemente que a comunidade escolar tinha que revisar suas práticas pedagógicas, como também fazer reflexões sobre a escola que querem, sua função social, bem como sua relação com pais, alunos, segmentos políticos e religiosos, associações, etc.

Para atingir tal objetivo se faz necessário intensificar as ações coletivas internas e externas à escola que valorizem os professores e todos os outros profissionais da escola,

alunos e comunidade e lutar por Políticas Públicas de educação que valorizem o campo e seus sujeitos reconhecendo-os enquanto produtores de conhecimento e de vida.

Para tanto cada uma das ações prevista na pedagogia do movimento inserida na escola Oziel Alves tem como objetivo superar os limites no processo de ensino – aprendizagem (evasão, reprovação, abandono, desmotivação,) e fazer da escola um espaço qualitativo de produção do conhecimento, de desenvolvimento da pessoa humana em todas as suas dimensões, lugar de valorização da vida, onde haja respeito aos diferentes saberes e culturas, dialogicidade e prática da cidadania e da democracia.

3.3.Políticas pedagógicas de ensino no assentamento

O MST, como um movimento social do campo, tem como objetivo lutar pela terra; lutar por Reforma Agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. a luta pela Reforma Agrária e a elaboração de transformação para o Brasil ao invés do projeto neoliberal. Nesse sentido, o MST instrui as escolas dos assentamentos para que estas sejam espaços de formação de indivíduos críticos envolvidos na construção de uma nova etapa social.

O MST faz da educação, uma estratégia de luta pela terra, por novos ideais e por uma nova sociedade. Assim, não é diferente de outros projetos educativos, pois também existe um campo de influência ideológica e política. De acordo com seus princípios, objetiva-se contribuir no desenvolvimento do indivíduo sem posse de terra, para que ele possa ser cada vez mais comprometido com as bandeiras de luta desse movimento.

E foi através dessas lutas que nasceram dentro dos movimentos sociais do campo, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), escolas que buscavam sistematizar uma metodologia diferenciada e condizente com os anseios das lutas dos povos do campo, as escolas itinerantes.

De fato, que no assentamento Nova Conquista, o ideário político e pedagógico do MST é bastante presente. Teoricamente, eles buscam a formação humana por intermédio da dinâmica de ensino de diferentes teóricos e pensadores, bem como pela realização de práticas educativas, como palestras e oficinas, incentivando os educandos e educadores a observarem de forma crítica os conflitos existentes na região, sobretudo, no que diz respeito a questões agrárias.

Estes princípios estabelecidos pelo MST são considerados inegociáveis, pois fundamentam sua doutrina e ideário, caracterizado pela luta e reivindicações de direitos humanos.

A sistemática de ensino na Escola Municipal Oziel Alves traz em seu rol, princípios da pedagogia do movimento. Em termos metodológicos, algumas alegações exigidas pelo movimento na instituição de ensino, é voltar a didática para questões do cotidiano, conflitos vividos pelos alunos e seus grupos sociais, deixando de lado aquela metodologia teórica (livros) e valorizando uma educação mais prática com a visão da realidade vivida e de transformação.

Nesse sentido, a Escola Municipal Oziel Alves tem buscado integrar a participação da comunidade em sua gestão tendo como referência a Pedagogia do Movimento. A escola desenvolveu o Coletivo de Educação que é formado pelo setor administrativo, pelos professores, um a dois alunos de cada sala, um responsável paterno ou materno representando cada sala do pré-escolar ao ensino médio, ademais, um representante de cada setor organizado do assentamento, igrejas, associações, núcleo de família, etc.

Assim, tal coletivo integra a estrutura orgânica da pedagogia do MST, que se estrutura desde os grupos locais até os regionais. De uma forma sucinta, o grupo local busca garantir a participação e integração da comunidade escolar nas tomadas de decisões no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, orientada pelo princípio de gestão democrática.

Este Coletivo de educação, vale ressaltar, que possui competência na tomada de decisões, uma vez que, se configura em instância máxima na condução da escola. Com o objetivo de integrar a participação de todos nas tomadas de decisões, a escola organiza os educandos em núcleos de base, no sentido de atribuir autonomia e sua auto-organização. Cada sala possui um Núcleo de Base representado por um coordenador e uma coordenadora escolhidos pelos próprios alunos.

É importante mencionar que esta gestão pedagógica da escola é um processo em construção, tendo pelo caminho várias dificuldades. Todavia, é vista positivamente pelos educandos e pela comunidade, pois contribui para o desenvolvimento de melhores relações entre sujeitos na escola, bem como facilita a aprendizagem.

Em relação as entrevistas e questionários aplicados (Figura 6), os alunos e professores argumentaram que o MST possui princípios bem claros e diferencia o conceito de educação e escola, o primeiro conceito está atrelado à prática social, portanto, inerente não apenas ao espaço físico da escola, mas na vida do sujeito.

Figura 6. Pesquisa de campo, orientações e diálogo com alunos da Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Município de Açailândia, Estado do Maranhão.



Fonte: O autor.

Outro ideário que o MST influencia muito, diz respeito à própria estrutura do ensino, ou seja, os conteúdos das diversas disciplinas regulares são escolhidos em função das necessidades que a prática vai elucidando. Assim, a parte teórica é instrumento da prática, e não o contrário, pois para eles, a verdadeira educação, constrói-se nas situações vividas.

No que diz respeito à questão agrária, pode ser analisada, observando diferentes aspectos, como o desenvolvimento do capitalismo no campo, sobretudo, na concentração de terras oriundas do modelo de modernização econômica da agricultura.

No que se refere a população do assentamento, ou seja, todos que vivem na terra e pela terra, para concretização do projeto de educação por parte de influências de movimentos, fica evidente a necessidade de uma metodologia de ensino diferenciada, que realmente contribui para formação do sujeito camponês no processo educativo, pois parte da comunidade ainda necessita desenvolver a criticidade perante conflitos existentes no local.

No percorrer da pesquisa, é perceptível o quanto a educação do campo representa uma das facetas da questão agrária hoje, assim como os conflitos sociais que constroem e são construídos nos territórios conquistados pelo MST, a partir do embate capital x trabalho e do sistema de opressão e controle social pela educação/escola.

Em relação à atividade de campo, os questionários e entrevistas aplicadas na comunidade escolar, foram de fundamental importância, sobretudo na construção de um perfil da pedagogia de ensino na Escola Municipal Oziel Alves. Os dados coletados, evidenciaram a forte influência de ensinamentos voltados para ideários do MST. À exemplo disso trechos do depoimento de alguns ex alunos da escola podem ser destacados.

A escola significa muito para mim, onde estou é por causa dela, foi a única instrução que tive antes de passar em uma universidade pública para matemática e em um concurso público municipal [...] Tenho certeza que se não estivesse estudado naquela escola, ou ela não existisse, meu caminho seria diferente, como tenho vários amigos que não deram a devida atenção aos estudos devido a escola ser no interior “da roça dos sem terras” como chamavam na época, hoje estão na mesma, sem trabalho digno, sem perspectiva, sem forças para continuar. (Filho, 2018)

A partir deste depoimento, fica evidente o alcance das propostas pedagógicas traçadas pela escola, sobretudo, em contribuir na formação desses sujeitos do campo, influenciando em sua perspectiva de vida, em suas várias dimensões.

Perguntado sobre a importância dos paradigmas da educação do campo, o entrevistado Natal Santos relata que “... a educação do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas e este vínculo lhe confere um traço de identidade importante que busca construir outro olhar para a relação entre campo e cidade vista dentro do princípio de igualdade social e diversidade cultural. E é isso que fortalece essa luta por uma educação do campo no campo.”

Vale mencionar a importância de tal pedagogia na esfera dos docentes, sendo estes agentes essenciais para materialização dos objetivos da política pedagógica do MST. Nesse sentido, se pode verificar influência do MST no depoimento de uma das professoras que trabalhou na Escola Municipal Oziel Alves.

Eu sou professora em uma escola do assentamento do MST, escola Califórnia, e fui professora de séries iniciais, mas trabalhei nessa escola do Oziel Alves, do 6 ao 9º ano, ministrei a disciplina de educação do campo, economia política e agroecologia. Em geral sou militante do MST e atuo no setor de educação, faço parte do grupo da articulação da educação do campo no município e fazemos também a formação dos professores. (Nara, 2018)

Salienta-se desse depoimento o que se evidencia em toda a pesquisa, a participação ativa do MST na formação dos professores, inserindo-os em diversos setores, e instigando-os a desenvolver sua política-pedagógica, como por exemplo, a inserção destes para lecionar disciplinas como educação do campo, economia política e a agroecologia.

O projeto político pedagógico da escola entende que as ações dos educandos devem contribuir para a formação dos sujeitos, tendo suas dimensões políticas, culturais e étnicas

respeitadas, bem como intervir positivamente na sociedade. Tal projeto instiga a leitura, escrita, expressão oral, compreensão da realidade local e global com uma lente crítica. Dessa forma, os estudantes necessitam possuir a capacidade de analisar, interpretar e criticar fatos sociais e políticos, convivendo socialmente por meio do respeito e tolerância as diferenças, assim, cumprindo seus deveres como membro da sociedade.

A pedagogia da escola, também incentiva reflexões e fomentam debates coletivos objetivando a participação de educadores e educandos no que diz respeito aos principais problemas atuais, principalmente, aqueles mais próximos de suas realidades, tendo em vista a elaboração de sugestões e estratégias interdisciplinar.

Mesmo as lutas sendo contínuas, discutem a prerrogativa de um programa agrário que atendam às necessidades dos jovens. Diante das entrevistas realizadas, é perceptível que para esta escola não basta apenas ter estrutura física, formação nível médio, mas sim buscam políticas públicas que parta da comunidade do campo, no sentido de assegurar e qualificar os jovens para o trabalho no campo.

Tendo em vista o desprezo político e educacional no Brasil no que se refere a educação e formação dos jovens, o MST vem conseguindo cada vez mais espaço no sentido de unir os educandos em busca de seus ideais. O educando tem que assimilar diversos assuntos, refletir e criticar com coerência, assim, exteriorizando suas ideias.

A educação que queremos vai além da escola e está vinculada a um novo projeto de desenvolvimento econômico, social e ecológico para o campo e que tem como sujeito as próprias pessoas que vivem nas comunidades rurais organizadas (MST, 2006).

Assim, a escola tem realizado práticas pedagógicas relacionadas à compreensão de educação do MST, que decorre da luta desde a ocupação desta área. Tanto o MST quanto a escola têm convicção que é necessário desenvolver debates para que os educandos, comunidade em geral, estejam inseridos nas discussões políticas e pedagógicas.

Partindo do pressuposto que a formação perpassa por um processo lento em que implica lutas e rejeições, uma vez que, os sujeitos envolvidos acabam rompendo algumas concepções que tinham e reconstrói com a vida prática e por meio dos ensinamentos na escola, tendo a missão posterior de contribuir intervindo na realidade vivida pela lógica capitalista.

Aos poucos, os indivíduos vão compreendendo o processo de formação e consagrando os ideais do MST por meio da participação nas lutas e reivindicações com as famílias Sem Terra, embora seja observado falta de políticas públicas para que os alunos do ensino médio e

EJA entenda a importância da manutenção daquele espaço de transformação, que no caso é o assentamento.

Por outro lado, tal processo aponta pontos positivos com a inclusão desses jovens em grupos de teatro e dança, levando em consideração as ideias da pedagogia da cultura. Tais grupos artísticos buscam encorajar seus integrantes a denunciar as mazelas presentes na comunidade local e nacional.

Assim, a escola vem contribuindo com práticas democráticas implementadas no cotidiano de seus educandos, bem como proporcionando práticas de críticas e autocríticas entre os alunos e professores no sentido de melhorar a convivência cotidiana da escola e compreendendo o mundo que os cerca.

Portanto, é evidente que a Escola Municipal Oziel Alves norteada pelos ideais do MST, busca preparar seus educandos para combater os desafios da vida, usando da criticidade para reivindicar seus direitos, como também interioriza nesses jovens o sentimento de defender coletivamente seus valores levantando a bandeira camponesa.

A educação do MST provém a princípio da coletividade, valorizando seu passado e buscando melhorias para o futuro. Isto é, para esta escola, o coletivo é a base de sua pedagogia. Conteúdos como a experiência de luta dos educandos e de suas famílias devem ser incluídas como matérias de estudo, pois contribuem no processo de aprendizagem, uma vez que suas insatisfações perante as injustiças e criatividade frente a situações difíceis são focos a serem interiorizados nas crianças, jovens e adolescentes.

O MST com seu programa de educação política, combina o desenvolvimento de capacidades de modificações estruturais com capacidade de produzir, como também investe na formação de lideranças, no sentido de que a libertação dos camponeses provenha dos próprios camponeses, por isso os constantes debates e participações dos educandos na Escola Municipal Oziel Alves, verificando assim uma educação com fortes influências do MST.

A educação é também compreendida como o processo de socialização e de transformação por meio da cultura. As famílias se mobilizam em prol da participação e o direito à escola, sendo fundamentais na organização de uma proposta pedagógica específica.

A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são fatores essenciais na implementação da pedagogia. Levando em consideração o Coletivo de Educação, o processo educa as pessoas que dele fazem parte à medida que os põe como indivíduos arraigados no movimento da história e tenham experiências de aprendizado por meio da luta pela terra e seus direitos. Assim, fazendo uma análise com os ideais do MST,

mesmo alguns educandos dentro de dificuldade de entender a magnitude do que estão fazendo, estão contribuindo no sentido de construir a identidade do assentamento e ressignificando os valores enraizados por meio de lutas.

Portanto, verifica-se que o movimento caracteriza a escola que caracteriza a educação e pedagogia do movimento, onde foi observado segundo as entrevistas aos líderes dos movimentos tais como, Deusinha (Militante - Diretora da escola) que diz que: *esses movimentos de resistências resulta de longas discussões realizadas entre os docentes, discente, coordenação pedagógica, coletivo de educação, direção e outros segmentos do Assentamento, em que visa alcançar o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, além da construção de ações que combatam as diversas situações-problema vivenciadas pela comunidade escolar e local.*

Nesse sentido, a pedagogia do movimento é vista como instrumento de ação onde concorrem ideais coletivos relacionados a excelência do ensino-aprendizagem da Escola Municipal Oziel Alves, podendo ser entendido também como o plano global da instituição escolar, bem como elemento fundamental para estimular a consciência dos sujeitos, de modo que, compreendam a educação como direito.

Figura 7. Pesquisa de campo no 7º ano da Escola Municipal Oziel Alves, diálogo sobre a educação do campo e o MST.



Fonte: Autor.

Destarte, é uma ferramenta de trabalho que agrega as ações prioritárias e executáveis pela escola, tendo como objetivo o acesso e a permanência com êxito dos alunos, a integração da família/escola/segmentos social, como também a valorização permanente de todos os trabalhadores e trabalhadoras da escola.

Uma escola que auxilia mudanças, que construa e cultive valores humanistas frente aos valores da sociedade capitalista atual. Por ser uma escola do campo, vinculada a um movimento de luta social pela reforma agrária no Brasil, organizada com participação da comunidade, e orientada pela Pedagogia do Movimento, verifica-se algumas matrizes pedagógicas que orientam suas ações.

Figura 8. Pátio da Escola Municipal Oziel Alves com lema sobre a Reforma Agrária



Fonte: Autor

A primeira diz respeito a Pedagogia da luta social, onde surge do próprio movimento de luta por transformação em suas contradições, de enfrentamentos, conquistas e derrotas. Esta busca uma postura firme diante da vida que é fundamental para a identidade de quem luta pelo povo. Assim, quanto mais inconformada com a situação atual das coisas, mais humana será a pessoa.

Além disso, destaca-se a Pedagogia da organização coletiva, conhecida também como pedagogia da cooperação, em que nasce das diferentes formas de cooperação realizadas nos acampamentos e assentamentos e orientados por meio dos princípios e objetivos da luta pela reforma agrária. Ademais, busca romper a cultura do individualismo e da competição, no sentido de construir novas relações de trabalho, novas relações sociais, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo ideais, costumes e concepções.

Podemos citar também a Pedagogia da Terra, esta surge da mescla do ser humano com a terra. Do trabalho na terra, do processo da semente que vira fruto e do fruto que vira alimento, se aprende que as coisas não nascem prontas, mas que necessitam ser plantadas, cultivadas. Aqui se leva em conta o fato dos camponeses que com suas mãos cultivam a terra e produzem o pão.

Já a Pedagogia do trabalho e da produção se evidencia a partir do valor fundamental do trabalho que gera a produção necessária para garantir a qualidade de vida, identificando o Sem Terra com a classe trabalhadora. Desse modo, é por meio do trabalho e das relações que as pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam. O trabalho possibilita ao educando produzir conhecimento, criar habilidades e formar sua consciência.

No que se refere a Pedagogia da cultura, nasce do modo de vida produzido e cultivado pelo movimento, do jeito de ser e de viver, da forma de produzir e reproduzir a vida, dos símbolos, gestos, religiosidade e da arte. Esta pedagogia tem como marca a pedagogia do gesto, do símbolo e do exemplo. Aqui o ser humano se educa por meio do diálogo, aprendendo a fazer, a ser e a conviver, observando o que os outros fazem, como são e convivem.

A Pedagogia da Escolha se desdobra das múltiplas escolhas que se tomam a cada dia. As escolhas não podem ser somente individuais e nem ser apenas de um coletivo. Estas são feitas pela pessoa instigada por valores que são uma construção coletiva.

Por último, a Pedagogia da História é fruto do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela. A memória coletiva é essencial para a construção de uma identidade. Nesse sentido, uma escola que busca cultivar esta pedagogia terá que trabalhá-la como uma dimensão importante do processo educativo.

Ao longo da pesquisa de campo e com os diálogos com os sujeitos do campo, observamos que algumas práticas pedagógicas são mantidas. Ao escolher no nome da escola do assentamento de Oziel Alves, traz a PEDAGOGIA DA HISTÒRIA, onde a memória desse mártire é lembrada e vivida a cada ano que se passa. Ao aluno optar por determinados rumos ou escolhas ele se volta a PEDAGOGIA DA ESCOLHA onde todos os sujeitos no fundo participam direta e indiretamente. Ao praticar alguns esportes, danças, místicas entre outros cultivos valoriza-se a questão da PEDAGOGIA DA CULTURA. Outras pedagogias que se faz necessário na manutenção e luta pela terra se faz pela PEDAGOGIA DO TRABALHO e PEDAGOGIA DA TERRA, onde os valores fortificados tanto pela ideia inicial do

movimento quanto sua manutenção por existência e transformação passa por esses valores. Portanto é de fundamental importância aplicação de cada pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST compreende que a escola contribui para o desenvolvimento social das comunidades do campo a partir do momento em que estes estejam inseridos nela, além do fato da possibilidade de articulações políticas e pedagógicas com os demais setores. Assim, a educação também é parte do projeto do MST. A partir do momento que as lutas se tornam mais complexas dentro do contexto que a população camponesa está inserida, a importância atribuída a educação cresce proporcionalmente para os novos desafios.

Sendo a educação algo essencial para a política do MST, a pedagogia do movimento ganha relevância, sobretudo, quando esta busca conduzir a organização e incluir mais pessoas com a consciência dos motivos em que travam lutas. Assim, apropriam com mais rigor da reflexão e trajetória pedagógica produzida pelo próprio movimento, como também buscam métodos adequados para que estas reflexões se materializem nos setores de organização.

Tendo o objetivo de educar o máximo de pessoas a prosseguir nas lutas sociais, sobretudo, aquelas que dizem respeito à Reforma Agrária e por um país mais democrático, o Movimento busca ampliar seus espaços e sua consciência política, bem como a capacidade de projetar o futuro.

É de tal forma relevante saber que a escola vem realizando cada vez mais seus objetivos, seja de estar em posição com os interesses da população em que está inserida quando na perspectiva e lutas dos trabalhadores do campo, uma vez que, o projeto pedagógico deve possuir vínculo com a comunidade.

A construção de uma escola no Assentamento Nova Conquista foi de fundamental importância levando em consideração o grande número de crianças em idade escolar, a dignidade dos assentados e a educação como ferramenta na conquista de direitos sociais.

A Escola Municipal Oziel Alves tem como componentes estruturantes o chamado Coletivo de Educação, que é a base da pedagogia no assentamento orientada pelo princípio de gestão democrática. O Coletivo garante a participação e integração da comunidade nas tomadas de decisões no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem.

A metodologia educacional empregada na Escola Municipal Oziel Alves tem seus princípios em sintonia com os valores pregados pelo movimento social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, configurando também uma das fortes estratégias de luta pela terra, por novos ideais e por uma nova sociedade, além disso, prega o fortalecimento e valorização da

cultura local e da identidade das pessoas que lá convivem e incentivam os personagens envolvidos na educação a observarem com um olhar crítico as questões agrárias.

A educação no assentamento Nova Conquista de forma prática tem buscado através da leitura, escrita, expressão oral e compreensão da realidade, instigar o olhar crítico dos envolvidos. Os grupos de teatro e dança também ajudam no objetivo supracitado.

É evidente que a escola ainda precisa avançar em pesquisas e outros desafios, porém é notória a valorização das decisões coletivas que os jovens almejam formar. A realidade vivida pela escola comprova todo processo de construção lenta, dos obstáculos e conflitos, e ressalta a ressignificação de conceitos e valores no sentido de cumprir a função social da instituição escolar e vale a máxima que a educação é o melhor instrumento para formação de sujeitos críticos, ligados aos ideais do movimento e buscando intervir na sociedade no sentido de transformá-la.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos CEDES**, v. 27, n.72, p. 157-176, 2007.

BARRETO, M. E. **A Escola Agrícola de Correntina e suas práticas educativas na formação dos sujeitos camponeses**: possibilidade de afirmação da agricultura familiar no Cerrado Baiano. Veranópolis-RS, 2006.

BATISTA, J. P. Q. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. **Revista NERA**, n. 18, p. 37-46, 2011.

BRAGA, I. C. **Acampamentos: os desafios da massificação a partir da experiência de Santa Cruz do Sul**. 2006. Monografia (Graduação em Pedagogia da Terra) – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Veranópolis.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2002.

_____. Legislação Informatizada – Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010 – publicação original. Disponível em: Acesso em: 10 março. 2018.

_____. LEI Nº. 9394/96. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BREITENBACH, V. F. A educação do campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 121, p. 116-123, 2011.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

_____. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2004.

GARCÍA, F. M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente.

EITLER, K.; BRANDÃO, A. P.; LAZARO, A. **Por que pobreza? Educação e desigualdade**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A reforma agrária necessária**: por um projeto popular para a agricultura cearense. Fortaleza, 2010.

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 33, n. 1, p. 57-72, 2008.

NOGUEIRA, A. P. F. **Escolas do Campo e Formação Territorial dos Assentamentos de Reforma Agrária do Município de Cruz do Espírito Santo-PB**. 2010. 336 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

NOVAES, E. R. **Quais os desafios da educação do campo? Dificuldades e perspectivas da área rural**. 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/quais-os-desafios-da-educacao-do-campo-a-professora-elie-ne-novaes-rocha-da-unb-detalha-as-dificuldades-e-perspectivas-da-area-rural/>>. Acesso em 04, de fev. 2017.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1990.

PAZETTI, M. **Escola Itinerante Sementes do Saber: realidade e possibilidades da organicidade**. Veranópolis/RS, 2007.

SCHELESENER, A. H. Esboço de uma filosofia da educação no pensamento de Antonio Gramsci. In: ROCHA, D. (Org.). **Filosofia da educação: diferentes abordagens**. Campinas: Papyrus, 2004, p. 57-78

TRAVESSINI, D. M. **Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR**. 2015. 53 f. Monografia (Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

ANEXOS

ANEXO A: Fotos das Políticas pedagógicas de ensino no assentamento

Mística



Fonte: Escola Municipal Oziel Alves.

Palestras sobre Pedagogia do movimento



Fonte: Escola Municipal Oziel Alves.

Seminário sobre agroecologia



Fonte: Escola Municipal Oziel Alves.

Projetos de leitura



Fonte: Escola Municipal Oziel Alves.